

CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006554

Requerente: José Carlos Dutra dos Santos

Súmula: Projeto de Lei: que "Dispõe sobre o funcionamento dos portões e cancelas automáticas no município de Sapucaia do Sul".

RELATÓRIO

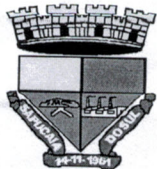
Trata-se de proposição legislativa de autoria de edil com assento nesta Câmara de Vereadores, cujo escopo "dispõe sobre o funcionamento dos portões e cancelas automáticas no Município de Sapucaia do Sul". Vem o expediente instruído com mensagem justificativa e projeto de Lei em anexo.

PARECER

A matéria tratada pela presente proposição está vinculada ao Plano Diretor do Município, conforme se depreende das regras constantes do art. 155 e seguintes da Lei Municipal 2896/2006, que regulamenta os passeios públicos.

Dito isso, anotamos que a alteração de disposições do Plano Diretor está sujeita aos requisitos constitucionais aplicáveis ao planejamento urbano, em especial a *realização de audiências públicas*. Nesse sentido:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 1.468, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001, DO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA. ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR. VÍCIO NO PROCESSO LEGISLATIVO. AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE. OFENSA AO ART. 177, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E AO ART. 29, XII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. É inconstitucional a Lei nº 1.468/2001, do Município de Horizontina, pois **editada sem que promovida a participação comunitária, para deliberação de alteração do Plano Diretor do Município, conforme exige o art. 177, § 5º, da Constituição Estadual e o art. 29, XII, da Constituição Federal. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE, POR MAIORIA. (TJ-RS - ADI: 70028427466 RS, Relator: Francisco José Moesch, Data de Julgamento: 20/07/2009, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/09/2009).**



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Não obstante, anotamos ainda que a fixação de multa inteiramente discricionária, com *valor a ser definido por arbitramento do prefeito municipal* (art. 2º, inciso II da proposição), não encontra acolhida no sistema jurídico brasileiro. Transcrevemos:

“Estas sanções, em virtude do princípio da autoexecutoriedade do ato de polícia, são impostas e executadas pela própria Administração em procedimentos administrativos compatíveis com as exigências do interesse público. O que se requer é a legalidade da sanção e sua proporcionalidade à infração cometida ou ao dano que a atividade causa à coletividade ou ao próprio Estado. As sanções do poder de polícia são aplicáveis aos atos ou condutas individuais que, embora não constituam crimes, sejam inconvenientes ou nocivos à coletividade como previstos na norma legal.

(...)

A proporcionalidade entre a restrição imposta pela Administração e o benefício social que se tem em vista sim, constitui requisito específico para validade do ato de polícia, como também a correspondência entre a infração cometida e a sanção aplicada, quando se tratar de medida punitiva”. (Hely Lopes Meirelles, in “Direito Administrativo Brasileiro”, 42ª edição, Malheiros Editores, Ano 2015, p.163-164).

Partindo do pressuposto que o ato administrativo que impõe sanção deve ser motivado a fim de que se possa, dentre outros requisitos, auferir a proporcionalidade da imposição, a ausência de critérios pré estabelecidos para orientar a atividade da administração prejudica a legalidade do ato.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o projeto ao prosseguimento na sua tramitação regimental.

À análise superior, para as devidas providências, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para as diligências cabíveis.

Sapucaia do Sul, 26 de março de 2018

Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprovo .

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257

ANEXO 1
PROCESSO 00000000000000000000
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
SAPUCAIA DO SUL
26/03/2018
Assinatura: [Assinatura]